

Memória e conteúdo na filosofia da psicologia de Ludwig Wittgenstein

Thiago Ferreira dos Santos
(Mestrando – UNIFESP – São Paulo – SP – Brasil)
thiago.fer1988@gmail.com

Resumo: Wittgenstein trouxe importantes contribuições não apenas para campo da filosofia da linguagem, mas também para a psicologia. Este trabalho propõe apresentar, a partir das observações do filósofo sobre o conceito de memória, os aspectos de sua filosofia da psicologia, presente em suas últimas obras. As observações do filósofo sobre os conceitos da psicologia estão relacionadas às suas reflexões sobre a linguagem, que desempenha papel fundamental em seu trabalho de esclarecimento conceitual do ambiente psicológico. Refletir sobre o conteúdo da memória em Wittgenstein é um trabalho de explicitar o modo como a filosofia e a psicologia tratam a memória e os problemas envolvidos nesse tratamento. Tradicionalmente a memória é vista como um sistema de armazenagem de traços, o conteúdo seria imagético, essas imagens seriam fontes de nossas lembranças. A partir dessa definição, explicitaremos as críticas e observações do filósofo para o conceito, no intuito de contribuir com o debate sobre memória no âmbito da filosofia da psicologia.

Palavras-chave: Wittgenstein; Filosofia; Psicologia; Memória; Conteúdo.

1. Considerações iniciais

Os escritos sobre psicologia de Wittgenstein estão relacionados à fase de investigação estabelecida a partir de sua obra *Investigações Filosóficas* (1953) com a virada à psicologia na obra, bem como com outros escritos tardios compilados a partir de manuscritos do final dos anos 40, mais precisamente entre 1946 e 1949, período em que o filósofo se dedicava a tratar conceitos psicológicos. A compilação de parte desses manuscritos é lançada no início dos anos 80 sob os títulos de *Remarks on the Philosophy of Psychology I e II* (1980) e *Last Writings on the Philosophy of Psychology* (1982), onde se encontra uma série de discussões acerca de conceitos psicológicos, como a memória. As leituras e discussões sobre a filosofia da psicologia de Wittgenstein ainda são escassas em comparação aos escritos sobre linguagem e se mostram um desafio pela maneira particular do filósofo de tratar questões relacionadas ao mental.

Para seguir o percurso de Wittgenstein em suas reflexões sobre a psicologia, é preciso ter no horizonte, seu trabalho com a filosofia e a linguagem – sobretudo a partir das investigações filosóficas - isto é, a filosofia não cria teses filosóficas, mas seu papel se limita à clarificação ou dissolução de confusões conceituais. Trata a filosofia como instrumento de formação, de condução, de clareamento do nosso entendimento, “a filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos meios de nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 65). Neste sentido, o trabalho de Wittgenstein no ambiente

psicológico é também o de uma investigação da gramática dos termos, neste caso, do modo como usamos o vocabulário que expressa uma experiência psicológica. Nas palavras de Valle:

Wittgenstein não tem a intenção de tomar a psicologia como ciência no sentido tradicional, mas tão somente de esclarecer e diagnosticar as confusões conceituais nela presente. Seu estudo leva adiante a tarefa a partir da análise do uso dos termos que expressam os conceitos psicológicos. Ele olha a psicologia a partir da filosofia (2007, p.104).

Uma apresentação das observações de Wittgenstein em relação ao conceito de memória, nesse caso a noção de conteúdo da memória, explícita como suas reflexões sobre o ambiente psicológico, sobre conceitos psicológicos, se identificam com suas reflexões acerca da linguagem, isto é, sua filosofia da psicologia é um trabalho de esclarecimento conceitual dos termos da psicologia. Pensar a memória é fundamental por seu papel na formação do indivíduo, através do qual se retém conhecimento, retoma vivências, sendo um aspecto significativo na construção de sua identidade. É uma temática que há muito tem despertado o interesse de filósofos e psicólogos na formulação de uma compreensão geral e definição.

O modelo definido tradicionalmente compreende a memória como um sistema de armazenamento de traços de vivências, o conteúdo das vivências na memória seria imagético, acessado privadamente por um “olho mental”. Nesse sentido a lembrança se daria a partir do acesso a imagens na mente, o acesso a essas imagens dado por introspecção (uma definição ostensiva privada) levaria o indivíduo por intermédio de um sentimento de passado ou de familiaridade a reconhecê-las como lembrança.

Não obstante, essa caracterização da memória seja pela filosofia, seja pela psicologia – e mesmo no nosso uso cotidiano – acompanha em sua definição uma imagem de linguagem, e o uso desta imagem de linguagem carrega uma série de consequências que imprime neste modelo suas características. Essa imagem de linguagem é apresentada por Wittgenstein já no §1 das *Investigações Filosóficas* com a *imagem agostiniana da linguagem*, que é fundamentalmente referencialista, supõe-se que palavras nomeiam ou descrevem objetos, é uma linguagem descritiva. E supondo que esta imagem se aplica a todos os conceitos para o estabelecimento de significado, quando esta imagem é utilizada para representar conceitos psicológicos, ela reaparece como descrição de um ambiente interno. Neste sentido, esta linguagem na descrição desses conceitos aponta para a existência de um ambiente interno que seria paralelo ao externo, teríamos aqui uma dicotomia de mundo na descrição dos conceitos. Isto é, temos a descrição de conceitos que se referem ao ambiente externo, um mundo observável, público e a descrição de conceitos que se referem ao ambiente interno, um mundo

privado acessível apenas ao sujeito da experiência, com o uso de uma linguagem que referiria a objetos privados, processos privados.

Neste sentido, o plano interior seria uma instância acessível apenas para o sujeito da experiência, seria experienciado, conhecido diretamente, apenas por ele próprio, sendo explicado a outro sujeito apenas indiretamente, este outro não teria acesso ao conhecimento direto, real, mas apenas ao comportamento, pois não teria acesso a outro interior se não o seu próprio. Tem-se então uma privacidade epistêmica da experiência, e.g., “somente eu conheço minhas dores”. O problema é que isto gera o que chamamos de assimetria pronominal entre 1ª e 3ª pessoa em que a 1ª pessoa tem primazia do conhecimento interno próprio, em detrimento da 3ª pessoa que só teria acesso indireto, por meio de observação exterior.

A resposta de Wittgenstein a questão da “privacidade epistêmica” da interioridade é que este não é um problema ontológico ou epistemológico, mas que se esclarece como um problema da linguagem. E a partir de uma crítica da linguagem é que Wittgenstein dá o tom de seu tratamento do ambiente psicológico. A seguir apresentaremos a crítica do filósofo a uma linguagem de caráter privado e suas consequências na compreensão da questão do conteúdo vivencial da memória.

2. O Argumento da linguagem privada

Wittgenstein recusa a ideia de uma linguagem privada na significação de um conceito e reivindica o tratamento do ambiente psicológico como possível somente a partir de uma linguagem pública. Suas reivindicações contra uma linguagem radicalmente privada aparecem nas *Investigações filosóficas* em um grupo de parágrafos conhecido largamente como argumento da linguagem privada.

Com o *Argumento da Linguagem Privada* compreendido entre os §243-315 das *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1996, p. 98-110), Wittgenstein reivindica a publicidade da linguagem que estabelece um interior expresso no uso significativo da linguagem, ao passo que o tratamento dos conceitos psicológicos se dá no uso significativo da linguagem, no contexto dos jogos de linguagem. No percurso do argumento, Wittgenstein explicita, em linhas gerais, que (i) o tratamento dos conceitos psicológicos não é privado; (ii) é impossível uma linguagem privada, toda linguagem é pública e; (iii) com isto não se exclui o interior, mas se reconstrói uma concepção de “interior que se mostra nos conceitos que utilizamos pra expressá-lo” (FATTURI, 2010, p. 18).

Wittgenstein inicia o argumento fazendo distinções quanto ao que ele está chamando de linguagem privada, para que não haja precipitações ou dúvidas quanto ao que está sendo

criticado no argumento. Desse modo, no §243 explica que não se pretende falar de uma linguagem estabelecida em monólogos que um sujeito poderia fazer para si mesmo, ou até mesmo uma linguagem em códigos, pois é passível de compartilhar traduzindo-se para uma linguagem comum. A linguagem aqui tratada é aquela em que apenas o sujeito pode saber. Aquela pela qual é possível um acesso direto a suas experiências privadas imediatas, não sendo possível um compartilhamento. É este o modelo de linguagem privada a ser criticado pelo filósofo no decorrer dos parágrafos ulteriores. A seguinte passagem, a partir do questionamento de Wittgenstein e da resposta do interlocutor, expressa bem isso:

Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores – seus sentimentos, seus estados de espírito? – Não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? – Acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber, às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem (WITTGENSTEIN, 1996, p. 98; §243).

O argumento de Wittgenstein para demonstrar a impossibilidade de uma linguagem privada, pode-se dizer, se constrói com o apontamento de basicamente três empecilhos para a existência desse tipo de linguagem.

O primeiro empecilho é a *impossibilidade de fazer uma definição ostensiva do interior por introspecção*, como é apresentado no §258, parágrafo que apresenta o núcleo do argumento da linguagem privada. Wittgenstein propõe a composição de um diário para a ocorrência de determinada sensação:

Consideremos este fato. Quero escrever um diário sobre a repetição de uma certa sensação. Para tanto, associo-a com o signo “S” e escrevo este signo num calendário, todos os dias em que tenho a sensação. – Observarei, primeiramente, que uma definição do signo é impronunciável. – Mas posso dá-la a mim mesmo como uma espécie de definição ostensiva! – Como? Posso apontar para uma sensação? – Não no sentido habitual. Mas falo ou escrevo o signo e ao fazê-lo concentro minha atenção na sensação; – aponto, pois, como que interiormente para ela. – Mas para que esse ritual? Pois parece ser apenas isto! Uma definição serve para estabelecer a significação de um signo. – Ora, isto se dá precisamente pela concentração da atenção; pois, desse modo, gravo em mim mesmo a ligação do signo com a sensação. – “Gravo-a em mim mesmo” pode significar apenas: este processo faz com que no futuro me recorde corretamente da ligação. Mas, em nosso caso, não tenho nenhum critério para a correção. Poder-se-ia dizer aqui: correto

é o que sempre me parecer correto. E isto significa apenas que aqui não se pode falar de ‘correto’ (WITTGENSTEIN, 1996, p. 101; §258).

Como a citação mostra a impossibilidade de se definir ostensivamente o interior por meio de introspecção, se dá pela falta de um critério de correção interior que justifique a definição. Sem um critério público de uso não há como falar de uso “correto” ou “incorreto”, pois não é suficiente a própria atenção como critério próprio, ao passo que qualquer definição linguística só se justifica publicamente.

O segundo empecilho é o *problema de se recorrer à memória como um critério de uso privado* (WITTGENSTEIN, 1996, p 102). Aqui é questão remete ao mesmo problema do empecilho anterior, que é a falta de um critério que justifique o uso e, recorrer à memória como um critério de correção de uso é confuso, justamente porque não faz sentido supor que a memória seja critério de uso dela própria.

Não obstante, o terceiro empecilho para a existência de uma linguagem privada é a *irrelevância da existência do objeto interno para a compreensão do sentido de um conceito psicológico*. Este argumento é importante para a compreensão do modo como Wittgenstein entende a dimensão de tratamento de conceitos psicológicos, quanto explicita a irrelevância na referência a um objeto interno, mas em contrapartida está preocupado em investigar o sentido desses conceitos e a partir de um contexto de uso regrado. Assim no §293, Wittgenstein propõe o seguinte:

Ora, alguém me diz, a seu respeito, saber apenas a partir de seu próprio caso o que sejam dores! – Suponhamos que cada um de nós tivesse uma caixa com algo dentro dela: nós chamamos isso de um "besouro". Ninguém pode olhar dentro da caixa do outro; e cada um diz que sabe o que é um besouro apenas a partir da visão do seu besouro. – Poderia ser que cada um tivesse algo diferente em sua caixa. Poderíamos mesmo imaginar que tal coisa se modificasse continuamente. – Mas, e se a palavra "besouro" tivesse um uso para essas pessoas? – Neste caso, não seria o de designar uma coisa. A coisa da caixa não pertence, de modo nenhum, ao jogo de linguagem nem mesmo como um algo: pois a caixa poderia também estar vazia. – Não por meio desta coisa na caixa, pode-se ‘abreviar’; seja o que for, é suprimido. Isto significa: quando se constrói a gramática da expressão da sensação segundo o modelo de ‘objeto e designação’, então o objeto cai fora de consideração como irrelevante (WITTGENSTEIN, 1996, p. 107).

Este terceiro empecilho, resulta das impossibilidades apontadas pelos dois primeiros, visto que por introspecção não é possível definir um objeto interno justamente pela falta de

critérios internos de correção que justifiquem isto, ao passo que, na linguagem pública para se compreender o uso de um conceito, tal como “besouro”, sequer é necessário apontar para algo dentro da caixa, como propõe o exemplo. Isto porque para se compreender o uso de um conceito psicológico, são necessários critérios de uso dados publicamente, e no jogo de linguagem de um conceito o que lhe dá sentido é seu uso. Deste modo, Wittgenstein reivindica a linguagem pública como única possibilidade de linguagem.

No contexto estabelecido por Wittgenstein, a partir da crítica da linguagem privada, são explicitadas as confusões desse modelo de linguagem para o tratamento dos conceitos psicológicos, pois como se vê no argumento, não se trata de uma descrição de experiências interiores (do tipo objeto – designação), mas da expressão que se constitui de regras linguísticas:

Como as palavras se referem às sensações? – Parece não haver nenhum problema aqui; não falamos sobre as sensações todos os dias e lhes damos nomes? Mas como a conexão entre nome e coisa nomeada se dá? Essa questão é a mesma que essa: como os seres humanos aprendem os significados dos nomes das sensações? – da palavra “dor”, por exemplo. Eis uma possibilidade: as palavras estão conectadas com as expressões naturais, primitivas da sensação e usadas no seu lugar. Uma criança se machucou e chora, então um adulto fala com ela e a ensina exclamações e, depois, frases. Ele a ensina um novo comportamento de dor. “Sendo assim, estás dizendo que a palavra ‘dor’ realmente significa o choro?” – Pelo contrário: a expressão verbal de dor substitui o chorar e não o descreve (WITTGENSTEIN, 1996, p. 98-9).

As diferenças pretendidas pelo filósofo não são diferenças ontológicas, não é uma dicotomia de mundos em sentido ontológico, mas são “diferenças *gramaticais*, e isto significa que palavras tais como *interno* e *privado*, fazem parte do jogo de linguagem dos termos psicológicos para marcar as diferenças de tais conceitos com os conceitos de outros jogos de linguagem” (DONAT, 2009, p. 452). Não estando assim, a compreensão ligada a um conhecimento interno, mas a uma atividade baseada no uso. No jogo de linguagem das sensações não está a compreensão de um objeto interior, mas a expressão de nossas sensações em diversas manifestações a qual cabem os usos.

A relação entre interno e externo se dá justamente por sua publicidade que imprime nessa relação como marca a expressão linguística, e não um acesso direto do interior em contraposição com uma observação indireta do exterior, mas o critério aqui é a exteriorização. A isto se ancora, para o filósofo uma noção de interior cuja marca é a linguagem pública e não

privada. Assim sendo, é no contexto dos jogos de linguagem que se esclarecem no uso, que Wittgenstein nos apresenta a expressão desses conceitos.

3. Memória e conteúdo vivencial (experencial)

Se aceitarmos que as observações sobre a linguagem propostas por Wittgenstein fazem sentido, que a dimensão da investigação está no uso significativo da linguagem, e que esse uso significativo não está calcado num referencialismo, mas em regras de uso das palavras e/ou expressões, neste caso, deve fazer sentido também que o ambiente psicológico se expressa nos jogos de linguagem, no uso de nosso vocabulário psicológico, e que conceitos psicológicos, como neste caso o de memória, explicita sua gramática no uso significativo da linguagem.

Nesse contexto, as perguntas que teriam pressionado Wittgenstein em relação à questão da memória e de seu conteúdo, podem ser apresentadas da seguinte forma: Teria a memória um conteúdo experencial (imagético)¹? Imagens mentais, ou imagens de memória são relevantes para uma definição da gramática da memória? Quando acesso uma imagem mental quais os critérios que tenho para estabelecer que tal e tal imagem me fornecem uma memória? Essas perguntas emergem porque em última instância, Wittgenstein não está recusando a presença de imagens mentais na recordação, mas para ele não somente é problemática a ideia de conteúdo (imagem mental), mas é irrelevante para que se estabeleça a significação do conceito – como no exemplo do ‘besouro’ no percurso do argumento da

1

Aristóteles no segundo tratado de seu *Parva naturalia* estabelece o traço imagético como importante na formação da revocação, a imagem de memória, pois para o estagirita a revocação se dá como um tipo de carimbo de percepção, uma impressão na alma. Aristóteles sugere que quando lembramos, lembramos por inferência de imagens, é possível lembrar-se de algo que não está presente porque acessamos essas imagens impressas em nossa alma e as relacionamos a uma experiência no mundo (ARISTÓTELES 449b5-453b10); Hume em sua *Investigação acerca do Entendimento Humano*, entre outras questões, propõe que a memória é uma faculdade pela qual é possível que sejam reproduzidas as impressões passadas de um indivíduo em forma de imagens de pensamento vivo, e justamente, devido à sua vivacidade, a memória seria como um composto de impressão e ideia (HUME, 2001); James no capítulo XVI de seu *The Principles of Psychology*, comenta acerca da memória, compartilhando da visão tradicional para o tema. Em James, a ideia de um sistema de armazenamento de traços e imagens de memória persiste, porém este inova separando o conteúdo da memória em duas instâncias distintas de acordo com sua duração e força, a essas instâncias ele chama memória primária e memória secundária (JAMES, 2014); Russell na seção IX de seu *Analysis of Mind*, propõe que memória verdadeira coincide com a recordação de eventos únicos do passado, isto é, com a capacidade de inferir imagens de um evento, bem como um sentimento de crença de que tal e tal imagem está relacionada a um evento passado (RUSSELL, 2001).

linguagem privada (WITTGENSTEIN, 1996, p. 107). Nesse sentido, um passo importante para seguir o percurso de Wittgenstein é sair da pergunta de “Por qual processo, objeto ou entidade alguém está referindo quando lembra” e perguntar “Pelo uso da linguagem que está sendo empregada no vocabulário de quem expressa uma lembrança”.

No §111 do volume I das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, Wittgenstein observa: “É verdade, quando digo ‘Lembranças daquele dia vieram à tona dentro de mim’, tudo parece diferente. Aqui fico inclinado a falar de um conteúdo da experiência e imagino algo como palavras e imagens vindo à tona diante de minha mente” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 37), isto é, estamos acostumados a supor que quando lembramos, estamos acessando um conteúdo privado, neste caso a imagens de onde vem a lembrança. E é justamente o que caracteriza um conteúdo vivencial (experiencial), sua privacidade, como é citado no §109: “E de onde se tira o conceito de ‘conteúdo’ de uma vivência? Bem, o conteúdo da vivência é o objeto privado, o dado sensível, o ‘objeto’ que capto imediatamente com o olho, o ouvido (etc.) espirituais. A imagem interior – Mas onde se tem necessidade desse conceito?” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 36).

A pergunta pela necessidade desse conceito (conteúdo vivencial imagético), presente no §109, caracteriza a rejeição do filósofo em relação a observação do §111, de que ao lembrar ficamos inclinados a falar de um conteúdo vivencial, esta rejeição fica clara se interpretamos essa pergunta tendo como pano de fundo as objeções do filósofo à noção de privacidade epistêmica da experiência interna proposta nas *Investigações filosóficas* a partir do argumento da linguagem privada (WITTGENSTEIN, 1996, p. 98-110; §243-315). Assim, uma vez que a privacidade da experiência interna é posta em xeque no percurso do argumento, *tem-se como implicação* uma recusa pela noção de conteúdo vivencial, em um conceito psicológico como o de memória, justamente pela impossibilidade de avaliar um conceito através de um “olho mental” (Justamente pela falta de critérios de correção que sustente uma significação). E mesmo que se proponha a possibilidade da determinação de uma vivência interna específica obtida por uma verificação minuciosa. Esse modo de determinação (verificação minuciosa) cai em uma armadilha epistêmica, pois, como não é possível traçar um critério de correção senão publicamente, se impossibilita a indicação de uma vivência específica para um conceito psicológico, uma vez que (pela exigência da verificação) para cada indicação de vivência específica, será exigido algo de mais essencial, mais específico, num processo indefinido. Um conteúdo vivencial não é suficiente para ser tomado como critério de determinação de estados internos do sujeito, visto que as vivências, em ultima instância, “não são objetos que se possam nomear ou descrever por ostentação

interior. Ao se fazer isso, se cai na exigência de algo mais profundo e essencial que nunca é determinado” (SOUZA, 2010, p. 186).

Mesmo a ideia de um sentimento de passado, ou sentimento de familiaridade² - para o reconhecimento do conteúdo de uma lembrança - é confusa e cai em problemas quando se trata de confirmar que a imagem é representação de algo passado. Pois, primeiro seria preciso o reconhecimento desse sentimento, isto é, recordá-lo, e segundo, seria preciso associar esse sentimento ao passado que pressuporia aqui a memória como critério de passado. O problema é que para se basear nesse tipo de sentimento para explicar uma imagem como sendo memória seria preciso recorrer à própria memória como critério para a definição dela mesma (GLOCK, 1998, p. 246), levando a uma circularidade no processo, uma armadilha epistêmica.

Em última instância, a dimensão da gramática da memória para Wittgenstein é dada no âmbito dos jogos de linguagem. Suas críticas à visão geral do conceito de memória são também uma crítica à linguagem usada no estabelecimento dessa compreensão, bem como os problemas decorrentes desse uso. Nesse aspecto ele diz algo interessante:

Poderia quase causar surpresa a alguém o fato de que a pergunta “o que você fez hoje de manhã” pode ser respondida – sem que eu saia em busca de rastros históricos em minha atividade ou algo do tipo. E o que acontece é que eu respondo, e eu nunca saberia que isso só é possível graças a um processo mental particular, o da lembrança, se não tivessem me dito que é assim (WITTGENSTEIN, 2008, p. 36; vol. I §106).

Nesse sentido o seu trabalho é um trabalho de formação, de explicitação das confusões conceituais presentes no uso de nosso vocabulário (nesse caso o vocabulário psicológico pelo qual expressamos uma memória) e uma proposta como em geral se costuma lhe atribuir, de terapia gramatical desses conceitos.

4. Considerações finais

Wittgenstein ao olhar para o ambiente psicológico não tem pretensão de criar nada novo, nenhuma teoria da mente ou algo parecido, mas de mostrar que “os conceitos da psicologia são simplesmente conceitos do dia-a-dia. Não conceitos reformados pela ciência

² James no capítulo XVI de seu *The Principles of Psychology* afirma que o que permite a consciência de que se está recordando é um sentimento geral de direção do tempo passado que é tido pelo sujeito como parte de sua experiência e trazido até o tempo presente e um sentimento imaginado como que pertencente ao tempo passado, constituindo os elementos da manifestação dessa memória. (2014, p. 426); Russell no capítulo IX do *The Analysis of Mind*, propõe que reconhecemos que estamos recordando, pois temos como característica para distinguir as imagens de memória um sentimento de familiaridade que acompanha esses traços na lembrança (2011).

para seus próprios propósitos” (WITTGENSTEIN, 2008, p. 273; vol. II §62). Assim, ao refletir acerca da experiência psicológica ordinária e ao comparar com a ciência, sua pretensão é basicamente apresentar o uso desses conceitos, suas semelhanças e dessemelhanças proporcionando, assim, uma visão panorâmica de nosso uso, e conseqüentemente um clareamento de nosso entendimento acerca do vocabulário que usamos para falar sobre conceitos psicológicos, para falar, como neste caso, sobre memória.

Seu percurso de argumentos contra a possibilidade de uma linguagem privada sustenta suas observações e críticas sobre os conceitos psicológicos e explicita o modo original com o qual o filósofo, a partir de seu modo de fazer filosofia, apresenta a problemática sob a ótica de um esclarecimento conceitual, pois a partir da crítica e recusa de uma imagem de linguagem (objeto-designação) e a reivindicação do uso significativo do vocabulário que expressa essas sensações, é que Wittgenstein dá o tom de tratamento desses termos. Um tratamento esvaziado de postulações ontológicas, mas baseado no uso, nas regras, em práticas, em formas de vida. Neste contexto de uso, é que o filósofo apresenta suas reflexões a cerca da memória, que se expressa, na ação de lembrar. A detenção da gramática da memória é dada no âmbito dos jogos de linguagem, das práticas, dos usos, das formas de vida.

Referências:

ARISTÓTELES. *Da memória e da Revocação*. In: Parva Naturalia. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012. [Série Aristóteles. Clássicos Edipro].

DONAT, Mirian. Wittgenstein e as supostas posse privada e privacidade epistêmica da experiência. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba , v. 21, n. 29, p. 437-453, jul./dez. 2009 .

FATTURI, Arturo. *Mundo Interior e Expressão: A Filosofia da Psicologia de Ludwig Wittgenstein*. São Carlos: [s. n.], 2010. [Tese de Doutorado]

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein / Hans-Johann Glock*. Trad. Helena Martins. Rev. técnica. Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HUME, David. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex, Versão ebooksBrasil. Edição acrópoles, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/hume.html>. Acesso em 20 de agosto 2016.

JAMES, William. *The Principles of Psychology*[1890]. Versão *ebook*. Disponível em: <http://www.bahaistudies.net/asma/principlesofpsychology.pdf>. Acesso em 20 de agosto 2014.

SOUZA, Marcus José Alves de. *Configurações do Conceito de Vontade na Obra de Wittgenstein/ Marcus José Alves de Souza*. João Pessoa:[s. n.], 2010. [Tese de Doutorado].

PLATÃO. *Teeteto (ou do conhecimento)*. In: *Dialógos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)*. Trad. Edson Bini. Bauru, 2007. [Clássicos Edipro].

RUSSELL, Bertrand. *Analysis of Mind*. The Electronic Classics Series Publication, Jim Manis, Editor, PSU-Hazleton, Hazleton, PA 18202, 2001. Disponível em: <http://www.dhspriority.org/kenny/PhilTexts/Russell/analysis-mind.pdf>. Acesso em 5 de julho 2016.

VALLE, Bortolo. A Filosofia da Psicologia em Ludwig Wittgenstein: Sobre o “Plano de Tratamento dos Conceitos Psicológicos”. *AdVerbum*, Limeira, v. 2, n. 1, p. 102-111, jan./jun. 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. [Col. Os Pensadores].

_____. *Observações sobre a Filosofia da Psicologia – v. 1 e 2*. Trad. Ricardo Hermann Ploch Machado. São Paulo: Ideias & Letras, 2008. [Subjetividade Contemporânea].

Memory and content on Wittgenstein’s philosophy of psychology

Abstract: Wittgenstein made important contributions not only to the philosophy of language field, but also for psychology. This work aims to present, from the observations of the philosopher on the concept of memory, aspects of his philosophy of psychology present in his last works. The observations of the philosopher about the concepts of psychology are related to his reflections on language that plays a key role in its conceptual elucidation work on psychological matters. Reflect on the memory contents in Wittgenstein is a work about explain how philosophy and psychology treat the memory and the problems involved in its treatment. Traditionally, memory is viewed as a storehouse of traces, the content would be imagistic, and the images would be sources of our memories. From this definition, we will make explicit some criticisms and observations by the philosopher about the concept, in order to contribute to the debate on memory in the philosophy of psychology.

Keywords: Wittgenstein; Philosophy; Psychology; Memory; Content.

Data de registro: 23/08/2016

Data de aceite: 30/03/2017